



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Casa de Epitácio Pessoa

Comissão Permanente de Direitos Humanos e Minorias



ATA

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA, QUE TEVE COMO FINALIDADE FAZER ALUSÃO AOS 31 ANOS DA LEI Nº 8069/1990 DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DISCUTIR A IMPLANTAÇÃO DO ORÇAMENTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (OCA), REALIZADA NO DIA 27 DE AGOSTO DE 2021.

Às nove horas do dia vinte e sete de agosto do ano de dois mil e vinte um, a senhora Presidente, deputada Estela Bezerra e autora da propositura, “em nome de Deus e do povo paraibano” declarou aberta a Audiência Pública no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Minorias de forma remota, através do Sistema Eletrônico de Vídeo Conferência, que teve como finalidade fazer Alusão aos 31 anos da Lei nº 8069/1990 do Estatuto da Criança e do Adolescente e discutir a implantação do Orçamento da Criança e do Adolescente (OCA) na Paraíba. Ressaltou que em vários estados já implantaram o OCA e hoje, “estamos numa mobilização de vários agentes públicos e, principalmente, agentes da sociedade civil buscando que esse orçamento seja implantado pelo Governo do Estado”. A deputada defendeu ainda que o OCA era uma ferramenta de planejamento e de investimento que irá modificar as condições de vida das crianças e dos adolescentes paraibanos, além da eficiência e eficácia do governo na implantação dessas políticas. Dando continuidade, a Senhora Presidente leu o Requerimento de sua autoria que solicitou esta Audiência pública. Acrescentou que a propositura foi de sua autoria, mas surgiu de uma provocação feita pelas

JB

organizações que compõem o Conselho Estadual do Direito da Criança e Adolescente na Paraíba. Em seguida apresentou os convidados que fizeram parte da Mesa dos trabalhos: Senhor Marcos Henriques, Vereador e Presidente da Frente Parlamentar dos Direitos da Criança e do Adolescente na Câmara Municipal de João Pessoa; Dr. Romero Marcelo, Representante da Coordenadoria da Infância e da Juventude – COINJU/TJPB; Promotora Juliana Porto, Representante do Centro de Apoio Operacional das Promotorias da Criança e do Adolescente – CAO/MPPB; Senhor Jamil Richene, Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA, Lorenzo Delainne, Rede Margaridas Pró Crianças e Adolescentes – REMAR; Gustavo Guedes – Adolescente e Ativista por Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes da Cidade de Picuí e membro do Núcleo de Cidadania de Adolescentes – NUCA; Senhor Josemir Custódio, Fórum DCA; Senhora Michelli Ferrari, da Comissão dos Direitos da Criança e do Adolescente da OAB/PB; Senhora Lúcia Maria Santos Cordeiro, Coordenadora do Fórum Estadual da Erradicação do Trabalho Infantil – FEPETI; Senhora Irene Marinheiro, REDEXI; Senhor Renato, CONANDA; Senhora Maria Zaira, Representante do Tribunal de Contas do Estado. Logo após, ressaltou que durante toda a sua vida política tem buscado ser canal da sociedade em defesa da criança e do adolescente e defender e cuidar deste público era exercer o princípio da solidariedade, que não significava sentimento e sim políticas públicas para garantir um futuro melhor para todas as gerações. Em seguida, passou a palavra para o primeiro orador, Vereador Marcos Henriques, que iniciou seu pronunciamento saudando a todos e parabenizou todo o empenho e contribuição que a deputada Estela Bezerra tem realizado em prol da criança e do adolescente. Ressaltou que era de caráter de urgência a realização de debates coletivos sobre a implantação de orçamento voltado para crianças e adolescentes. Como Vereador tem debatido, questionado e priorizado a importância da implantação do OCA; “este orçamento é extremamente importante, constitui todo um levantamento e conjunto de ações, destinados à proteção e desenvolvimento da criança. No caso do Estado, eu acho importante a construção desse orçamento ser levada em conta a discussão com a rede de proteção”. Foi de opinião que o orçamento deve ser prioridade para o poder público e não pode ser tratado como uma despesa, já que permite enxergar a integração de várias despesas e áreas de atuação. Disse ainda que era muito importante o envolvimento do conselho estadual para que esse orçamento possa

existir de fato e de direito e o poder público precisava se conscientizar da importância desse orçamento. Concluiu dizendo que seu mandato estava à disposição e que continuará lutando por esta causa e agradeceu a oportunidade de participar desta sessão. A senhora presidente agradeceu ao vereador Marcos Henriques e em seguida passou a palavra para a Promotora Juliana Porto. Após as saudações de praxe, parabenizou a deputada Estela Bezerra pela importante iniciativa de realizar esta sessão e também, todos os envolvidos nas causas das crianças e adolescentes. A promotora demonstrou preocupação com a redução da aplicação de recursos em políticas públicas que priorizam as crianças e os adolescentes. “Temos visto cair vertiginosamente, ano após ano, os recursos destinados a esse público. Não é possível garantir direitos sem o amparo do orçamento”, destacou a oradora. Ressaltou que era necessário investimentos do poder público na infância para que haja equalização das oportunidades. “O Orçamento público é um contrato social e nele estão registradas todas as ações governamentais que devem ser implementadas em benefício da população. Não basta investir mais, é preciso investir melhor”. “É preciso lembrar dessa máxima: lugar da criança e do adolescente é no orçamento”. Concluiu dizendo que será fundamental o estado consolidar o OCA para garantir condições melhores para as crianças e os adolescentes, se colocou à disposição e agradeceu a oportunidade. A Senhora Presidente agradeceu a Doutora Juliana Porto, registrou a ausência do Senhor Marcelo Romero que por motivos particulares não pode participar desta Audiência e em seguida, passou a palavra para o Senhor Jamil Richene que, após saudar os presentes, em especial o adolescente Gustavo Guedes e a deputada Estela Bezerra. Ressaltou a importância desta Audiência principalmente para quem fazia a rede de proteção da criança e do adolescente e parabenizou a rede REMAR pelos 18 anos de existência e pela realização extensa da programação em alusão aos 31 anos do ECA. Em seguida disse que a discussão em prol do OCA era desafiadora e já somava muitos anos de luta e classificou como urgente a implantação do orçamento na Paraíba. Relembrou que em 2005, tiveram alguns instrumentos do Unicef e Fundação Abrinq mas, até hoje, não conseguiram, de forma efetiva, verificar e implantar o OCA no estado. Mas, estavam muito empenhados em ampliar esse debate e fortalecer a luta pela sua efetivação, com valores e ações voltados para as crianças e adolescentes paraibanos”. Disse ainda, que entre outras ações estavam sendo realizadas, como por exemplo, a elaboração do plano de direitos humanos para garantir a defesa da criança e do adolescente e concluiu, agradecendo a



oportunidade e se colocou à disposição. A Senhora Presidente agradeceu o orador e antes de passar a palavra para o Senhor Lorenzo Delainne, representante da REMAR, parabenizou a instituição pelos 18 de existência e solicitou que fosse registrado nos Anais da Casa a importância desta instituição em defesa da criança e do adolescente. De posse da palavra, o senhor Lorenzo Delainne agradeceu a oportunidade de participar desta sessão e também, pelas felicitações aos 18 anos da REMAR. Frisou que com muita luta, determinação e o apoio de vários parceiros estavam conseguindo ao longo dos anos permanecerem firmes em prol da proteção e direitos das crianças e adolescentes. Ressaltou que as dificuldades são inúmeras, principalmente por não existir um orçamento específico e a luta para implantação do OCA havia se iniciado há muitos anos, e com esta conquista, muitas ações poderão ser realizadas. Agradeceu mais uma vez a oportunidade, parabenizou a autora da propositura pela importante iniciativa e se colocou à disposição. A Senhora Presidente agradeceu ao orador e passou a palavra para o adolescente Gustavo Guedes. De posse da palavra agradeceu a oportunidade e disse que estava muito alegre de poder representar todas as crianças e adolescentes, da sua cidade natal, Cuité, e da Paraíba. Na oportunidade, fez uma salva aos 31 anos do ECA e lembrou que as crianças e adolescentes começaram a ser representados e assistidos melhores após o ano de 1989 quando mais de 500 meninos e meninas de rua foram ao Congresso Nacional reivindicar seus direitos. Ressaltou que a partir daquele momento foram surgindo os Conselhos Tutelares e o ECA para garantirem assistência e proteção às crianças e adolescentes, mas, infelizmente, disse o orador, que a violência contra este público era ainda imensa e aumentou ainda mais na pandemia. Na oportunidade, ressaltou que a proteção do público infanto-juvenil é um ato de resistência diante de tanta violência cometida contra os mais vulneráveis. Citou o Artigo 227 da Constituição Federal que coloca a criança e o adolescente como prioridade absoluta, desta forma, as crianças e os adolescentes precisam, por parte do poder público, estarem incluídas no orçamento, cobrou Gustavo Guedes, acrescentando que mais de cinco milhões de crianças e adolescentes estão fora da escola em todo o país. “Elas fazem parte do futuro, mas fazem parte também do agora e precisam ser preparados”, declarou o adolescente. Na oportunidade fez um apelo aos políticos para que priorizem a implantação do OCA no orçamento e parabenizou a deputada Estela Bezerra pela iniciativa e todos os Conselhos pelas lutas diárias em defesa da criança e do adolescente. Ao finalizar parabenizou todos os oradores presentes e

agradeceu a oportunidade. A Senhora Presidente agradeceu e parabenizou a importante participação do adolescente Gustavo Guedes e registrou a participação dos Conselheiros Tutelares, através do Chat. Em seguida, passou a palavra para o Senhor Josemir Custódio, que iniciou o pronunciamento parabenizando a deputada Estela Bezerra e agradeceu a oportunidade. Ressaltou que desde do ano de 2002 o Fórum DCA elaborou seu plano de ações pedagógicas e teve como missão fortalecer as organizações da sociedade que atuam em defesa da criança e do adolescente e, participar desta Audiência que estava discutindo a implantação do OCA era muito importante, pois acreditava que com a efetivação deste orçamento terá avanços significativos na promoção e desenvolvimento das crianças e dos adolescentes. Finalizou dizendo que foi muito importante participar desta mobilização neste dia, parabenizou a todos, agradeceu a oportunidade e desejou a implantação do OCA. A Senhora Presidente agradeceu a participação do orador, registrou a ausência justificada da senhora Micheli Ferrari e logo após, passou a palavra para a senhora Lúcia Maria, Coordenadora do Fórum de Erradicação do Trabalho Infantil do Estado da Paraíba, saudou a todos e, na pessoa do Adolescente Gustavo Guedes, saudou todas as crianças e adolescentes do estado. Ressaltou a oradora que com a criação do ECA, este público passou a ser sujeito de direitos e foi um marco importantíssimo, porque “daí foram surgindo várias leis em prol das crianças e adolescentes e a elaboração de políticas públicas”. Ressaltou que era muito desafiador o trabalho de conscientização para erradicar o trabalho infantil, mas já houve grandes avanços. Destacou que a implantação do OCA será uma ferramenta muito importante, promissora e de grande avanço. Concluiu parabenizando a deputada Estela Bezerra pela iniciativa e acreditava que esta sessão era uma boa expectativa e um momento provocador em defesa da criança e do adolescente. A Senhora Presidente agradeceu à oradora e em seguida, registrou que a próxima oradora seria a senhora Irene Marinheiro, representante da REDEXI, mas no momento não estava presente, porém, registrou o importante trabalho desta organização no combate à exploração sexual das crianças e adolescentes. Logo após, passou a palavra para o Senhor Renato Bonfim, Representante do Conselho dos Direitos das Crianças e Adolescentes. Iniciou parabenizando a iniciativa da deputada Estela Bezerra e agradeceu a oportunidade de participar desta Audiência tão importante. Ressaltou que a luta em prol do OCA era muito antiga e os estados precisavam reconhecer a luta dos movimentos sociais e organizações que, entre outras ações, buscavam erradicar

a fome e miséria que assola o país, e as crianças e os adolescentes representam 35% desta população, “só este percentual, já justificaria a implantação do OCA”, frisou o orador. Na oportunidade fez um apelo ao Governador do Estado para que implantasse no orçamento estadual o OCA. Agradeceu a participação de todos e parabenizou a deputada Estela Bezerra pela iniciativa. A deputada Estela Bezerra agradeceu, falou sobre o trabalho do orador e passou a palavra para a Senhora Maria Zaira, do Tribunal de Contas do Estado. Com a palavra a oradora parabeniza a iniciativa da Audiência e em especial a deputada Estela Bezerra. Falou do aniversário do Estatuto e das dificuldades de se concretizar as políticas públicas para criança e adolescentes sem orçamento. Proferiu que as vezes o orçamento é previsto, mas não é executado pela falta de deliberação em relação a recursos e afirmou que é de extrema importância ouvir os Conselhos que conhecem a realidade da comunidade e das crianças e adolescentes. Falou que os fundos ainda não são fonte estáveis de recursos e que os orçamentos são muito diluídos entre as Secretarias estaduais. Comentou da importância da avaliação dos resultados para que o poder público continue investindo e findou dizendo que está muito feliz com essa iniciativa e com o interesse da deputada Estela Bezerra. A parlamentar citada falou que conhece a realidade da falta de orçamento e lembrou que todos os direitos foram conquistados e não dados. Em seguida foi exibido um vídeo em homenagem aos 31 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Após a exibição a Presidenta refletiu sobre o momento de instabilidade institucional que vivemos, contou sobre o processo do vídeo e falou de como está a situação hoje na Paraíba no que se refere ao Estatuto e às políticas voltadas para esse público. Ato contínuo passou a palavra para a Senhora Fernanda Moreira, Promotora de Justiça do Estado de Alagoas. Com a palavra, a Promotora se disse encantada com as falas anteriores e agradeceu a oportunidade de ouvir tantos companheiros. Proferiu que já participou de inúmeros debates com essa mesma temática, mas percebeu aqui o interesse em levar adiante e implementar as propostas e afirmou que em pouco tempo a Paraíba será referência no Brasil. Logo em seguida a Promotora iniciou a apresentação e explicação dos slides com o OCA – Orçamento da Criança e do Adolescente. Explicou as metas, a metodologia e as estratégias usadas em Alagoas para implementar o orçamento e ampliar a porcentagem de execuções. Após as explicações, a Promotora Fernanda Moreira encerrou afirmando o caminho a percorrer e dos muitos benefícios que trará. A deputada Estela Bezerra agradeceu e propôs que se constituísse um Grupo de Trabalho – GT,

para que esse modelo fosse implementado no orçamento do município e do Estado. Falou dos problemas que as Secretarias enfrentam e abriu o microfone para questionamentos. O Senhor Jamil Richene agradeceu a explanação, falou das dificuldades nos Conselhos estaduais para acessar os recursos e saber os quantitativos dos valores. Falou das mudanças de estratégias para adequar os processos e ter mais transparência no processo. Agradeceu e disse que o GT será fundamental para dar continuidade nessa metodologia. O senhor Renato Bonfim afirmou que as peças orçamentárias não apresentam efetivamente soluções para as necessidades reais das crianças e adolescentes, mencionou a necessidade do constante aperfeiçoamento dos Conselheiros de Direito, disse que existe a necessidade de mais discussão dessas peças orçamentárias e principalmente com mais tempo. A Sr. Juliana Couto falou sobre a importância da análise do orçamento para que possam garantir a transparência e a efetivação do gasto do dinheiro público, questionou a Dra. Fernanda Moreira se a operacionalização do OCA acontece em todo o estado de Alagoas e quais outros benefícios oriundos da construção do OCA. Dando continuidade o Sr. Lorenzo Delainne esclareceu que já solicitaram uma audiência com o governo do estado desde a gestão passada e nunca foram atendidos, disse que fizeram um relatório de revisão do plano, mas as discussões com o poder público nunca ocorrem. A Dra. Fernanda Moreira respondeu os questionamentos realizados, informando que o OCA foi apresentado e implementado por uma deputada no Estado de Alagoas, e a partir daí foi implantado no município de Maceió, mencionou que o objetivo é a expansão da metodologia OCA para os demais municípios, afirmou que foi necessária a participação popular, capacitação dos conselheiros para que eles conhecessem as rubricas dos seus municípios, parceria com o patrimônio público e a escolhas de três eixos estratégicos. Afirmou que o processo é lento e precisa de muita articulação com o Executivo. A deputada Estela Bezerra afirmou que o grande encaminhamento é o Orçamento da Criança e do Adolescente, disse que irá se reunir com os responsáveis pela implantação do OCA em Alagoas a fim de adquirir mais conhecimento e ideias. Citou que o objetivo é que o governo do estado implante o OCA, afirmou que a receita do fisco brasileiro é composta principalmente por arrecadação proveniente de consumo refletindo uma injustiça social. Não havendo mais nada a deliberar a Presidente agradeceu a presença e participação de todos e declarou encerrada a Audiência Pública. Lavrando a presente Ata, os redatores, Adriana Leite de Menezes, Iayna Alves Rabay e Karla Georgea Castro Silva, Assistentes

Legislativos, que depois de lida e aprovada será rubricada em todas as folhas e assinada pela Presidenta, conforme o disposto no Art. 60, do RI desta Casa Legislativa. Sala das Comissões Virtuais, João Pessoa, 27 de agosto de 2021.


Deputado Chió
Presidente